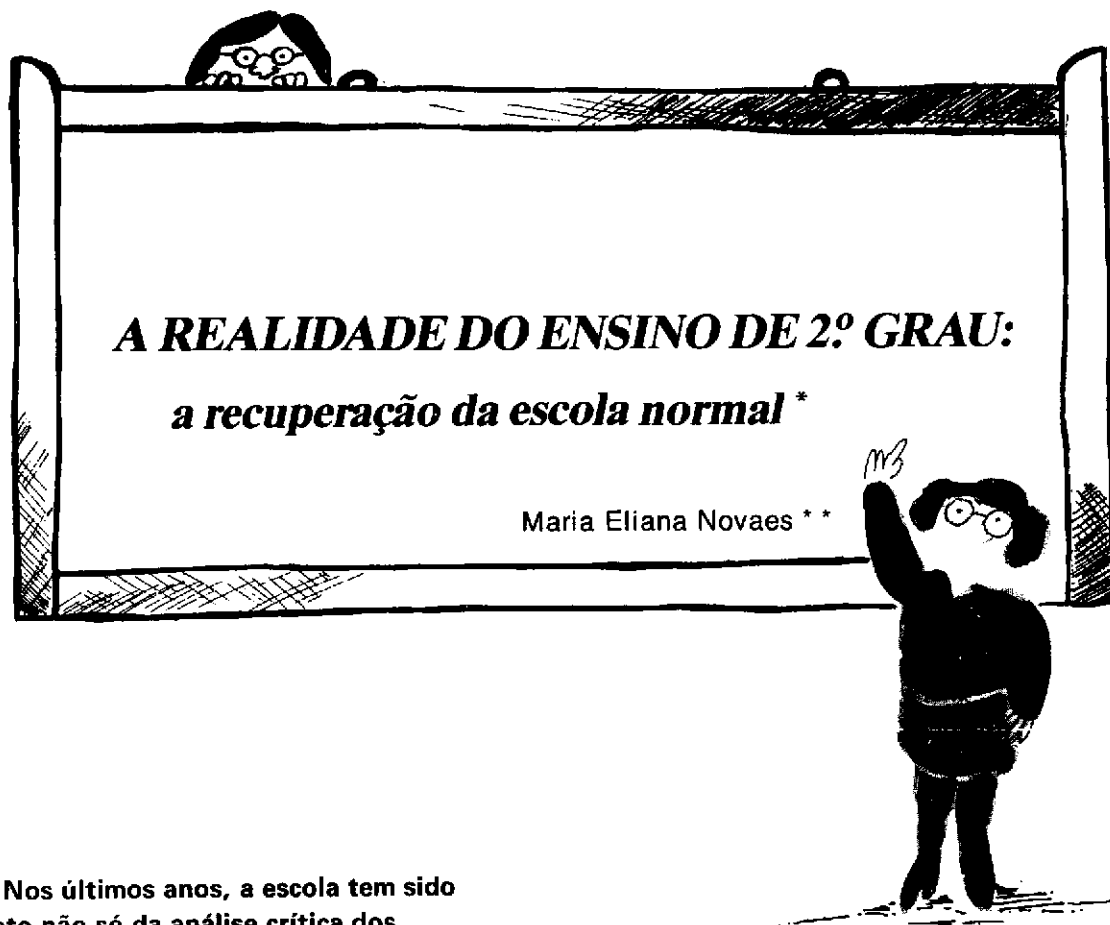


PALAVRA LIVRE



Nos últimos anos, a escola tem sido objeto não só da análise crítica dos estudiosos como também da crítica da sociedade em geral, que avalia e questiona o seu trabalho.

O senso comum, em síntese, questiona a competência profissional dos docentes e o aproveitamento escolar do aluno. É com certa frequência que ouvimos afirmativas do tipo "o professor é incompetente", "o aluno sai da escola sem saber nada", "a escola de hoje está muito fraca", e tantas outras, no mesmo sentido.

Infelizmente, essa avaliação é feita para todos os níveis de ensino – do primário ao superior –, e esse preconceito assume ares de verdade para os cursos de formação de docentes, especialmente para a Escola Normal.

* Conferência proferida durante o II Encontro Nacional de Ensino de 2º Grau. Belo Horizonte, 1986.

** Socióloga, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG; professora do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais; assessora da Diretoria de Ensino de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Criada há mais de 150 anos, com o objetivo de formar os futuros professores dos cursos primários, a Escola Normal tem sido responsabilizada por grande parte dos males que assolam o ensino no país, sem que nenhuma medida de impacto seja tomada para corrigir os problemas ali detectados.

A Escola Normal, em particular a da rede pública, vem funcionando em condições muito precárias. Muitas delas, instaladas em prédios de escolas de 1º grau, oferecem seus cursos em horário noturno, e não é difícil imaginar um extenso rol de complicações que se origina dessa situação: desde as deficiências de iluminação, as bibliotecas fechadas, até as dificuldades para se realizar o estágio supervisionado.

Os cursos normais, seguindo os preceitos da Lei 5.692/71, insistem em garantir a predominância da "formação especial", e sua organização mantém-se muito próxima da perspectiva escola - novista.

Acrescente-se que a organização técnica do trabalho na escola favorece a desmobilização e o descomprometimento profissional e, na medida em que fortalece a burocratização do trabalho pedagógico, concorre para a desintegração das atividades docentes. O professor chega à Escola Normal cansado, descrente e, além de tudo, despreparado. Por certo, os planos de carreira e os salários pagos ao Magistério têm muito a ver com a situação de desestímulo em que os professores se encontram.

Diante desse quadro, tão pouco animador, temos ouvido repetidas vezes a defesa da Escola Normal e a preocupação com sua "recuperação", sua "revitalização". Muitas das falas nesse sentido têm um tom saudosista "do tempo em que a Escola Normal era boa". Que tempo foi esse? É possível retroceder historicamente?

Sem maiores aprofundamentos, podemos verificar que a Escola Normal era considerada uma boa escola quando os seus professores, os seus alunos, e também os alunos da escola primária tinham sua origem nas camadas médias e altas da população. Em outras palavras, a Escola Normal perdeu qualidade concomitantemente com a expansão da rede de ensino.

O que aconteceu à Escola Normal aconteceu aos demais níveis de ensino, quando suas salas de aula foram invadidas por alunos e professores oriundos das camadas mais pobres da população. Para ilustrar essa afirmativa, lembremos que o Instituto de Educação de Minas Gerais, escola tradicional de Belo Horizonte, que no início do século buscava seus professores na Europa e recrutava alunos entre as filhas das famílias influentes do Estado, em 1979 recebia alunos (59%) cuja renda familiar não ultrapassava quatro salários mínimos e cujos pais dedicavam-se, na sua maioria, a ocupações manuais especializadas e semelhantes, e apresentavam escolaridade que atingia apenas o curso primário (69%).

O corpo discente, especialmente nas grandes cidades, é constituído, na sua maioria, por filhas de trabalha-

dores, e muitas delas também já se incorporaram à força de trabalho como balconistas, auxiliares de enfermagem, domésticas e outras profissões semelhantes.

O que a escola faz para apresentar um bom trabalho com esse "novo" aluno? Praticamente nada; algumas tentam evitar o seu ingresso na escola. . .

A organização dos cursos normais, pedagogicamente, continua quase a mesma desde a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), que, pode-se dizer, foi referendada, nas suas tendências, pela Lei 5.692/71, particularmente com referência à predominância da formação especial no currículo.

A crença na eficiência do método tem significado um prejuízo da carga horária dedicada ao ensino das disciplinas de conteúdo, e talvez aí resida o principal fator da má qualidade da formação dos professores na atualidade: a escola não se deu conta de que o capital cultural do aluno que a frequenta hoje não é suficiente para suprir as deficiências do currículo escolar, ou seja, a origem de classe das antigas alunas da Escola Normal lhes propiciava um "currículo oculto" que lhes permitia êxito no magistério, recebendo na escola um *acréscimo* de formação especial; as atuais alunas recebem na escola apenas a formação especial, já que as horas-aula dedicadas à educação geral não são suficientes para suprir as diferenças existentes entre o domínio dos conteúdos ligados à sua classe de origem e à formação necessária ao professor.

A "instrumentalização de conteúdos" e o "1º ano básico" têm sido fatores que têm agravado o empobrecimento da formação dos professores, pois, via de regra, as disciplinas de educação geral são concentradas no 1º ano, sem uma distinção de organização pedagógica entre os cursos que continuarão a ministrar tais disciplinas nas séries subseqüentes e o Curso Normal que vai oferecê-las às alunas apenas na 1ª série. Para exemplificar isso, basta dizer que o programa de Física que uma aluna do Normal estuda é parte de um programa maior que terá continuidade nas demais séries dos outros cursos oferecidos pela escola, enquanto a normalista estuda apenas a primeira parte desse todo!

A "instrumentalização" do núcleo comum, tal como vem ocorrendo, é também outro fator que provavelmente concorre para a queda da qualidade dos cursos normais. As escolas, considerando que muitas das futuras professoras apresentam uma formação deficiente, pois nos cursos de 1º grau, entre outras falhas, não atingiram o domínio da Língua Nacional e da Aritmética, propõem a "instrumentalização" como recurso para proporcionar a essas alunas o domínio, pelo menos, do conteúdo que deverão ministrar, a nível das quatro primeiras séries do 1º grau. Chegamos, assim, à situação absurda de um aluno concluir o curso de 2º grau cumprindo exigências curriculares próprias ao ensino primário. . .

Medidas nesse sentido fortalecem o preconceito que se tem sobre os cursos normais: são considerados cursos fáceis, que não reprovam, portanto cursos que exigem menos do aluno.

Na medida em que as alunas concluem a Escola Normal, irão demandar o ensino superior, candidatando-se a cursos, na sua maioria, voltados para a formação do magistério, pois tais cursos também oferecem maiores chances de aprovação às candidatas – do vestibular à conclusão.

Fica claro que dessa forma se estabelece um círculo vicioso. Há de se perguntar como se pode quebrar essa "cadeia" de insucessos que está instalada. Será que o predomínio da carga horária referente às disciplinas pedagógicas vai possibilitar a correção dos problemas apresentados? Será que o problema da competência profissional restringe-se ao domínio das metodologias de ensino?

Um professor que não domina a gramática, a ortografia, a sintaxe será capaz de ensinar tais assuntos, apenas pela utilização da metodologia aplicável? Provavelmente não. E é certo que reduzir o domínio dessas matérias ao limite de exigência do nível de ensino onde o professor vai atuar também não é medida das mais indicadas. O futuro professor das séries iniciais deve receber, sem dúvida, o melhor dos melhores cursos de 2º grau ou, talvez, de nível superior.

A Escola Normal deve recrutar docentes de forma criteriosa, onde a competência e o compromisso profissional sejam os crivos centrais. O curso normal deverá ser o mais exigente quanto à infra-estrutura para o seu funcionamento, desde a biblioteca até as condições de estágio, passando pela retomada do critério e do rigor da avaliação de aprendizagem do aluno.

É interessante refletir um pouco mais sobre o problema da avaliação na Escola Normal, especialmente nas escolas da rede pública, pois parece que está ocorrendo uma negligência muito acentuada nesse sentido. Os cursos normais vêm funcionando em condições precárias também nos seus aspectos de instalações e equipamentos; muito deles funcionam no horário noturno, o professor cansado, e o aluno também.

Nesse contexto, o professor, por acomodação ou levado por sentimentos de "piedade", submete o aluno à avaliação facilitada, que não o estimula a estudar, aproximando-se de uma farsa pedagógica.

Nas escolas da rede pública a concepção errônea que se tem sobre o significado de uma escola pública, seus fins e seu destinatário, leva muitos professores ao descomprometimento profissional: o absentismo e a impontualidade apresentam alta incidência. O magistério, na sua maioria, é constituído de mulheres que, em grande número, não assumem o seu compromisso profissional – qualquer pretexto serve para justificar uma ausência, um atraso, uma aula mal preparada!

Diante desse quadro, o que pode ser feito para melhorar a Escola Normal? Ocorrendo o real interesse pela melhoria dos Cursos Normais, algumas medidas devem ser tomadas, mesmo que não esgotem os problemas aí detectados.

As escolas normais precisam ser reaparelhadas: bibliotecas, salas de estudo, salas de aula confortáveis, limpas, iluminadas, atraentes.

A carreira do Magistério necessita ser valorizada: salários justos, regime de 40 horas semanais de trabalho na mesma escola, estímulos financeiros para o aprimoramento cultural; isso contribuiria não só para o reconhecimento do valor do trabalho docente como, a médio e a longo prazos, traria de volta ao magistério um expressivo contingente de profissionais que abandonaram a regência de aula em busca de melhores salários.

O nível de exigência com relação à qualidade dos cursos de formação de professores precisa ser ampliado. Na Escola Normal, a questão da preponderância da formação especial precisa ser amplamente discutida: propõe-se a revalorização das disciplinas da educação geral, enfatizando-se o ensino da Língua Pátria e da Matemática, e enriquecendo-se o currículo pelo aprofundamento de estudos, especialmente nas áreas de História, Geografia, Ciências, Filosofia e Sociologia. A Escola Normal deverá formar professores competentes e profissionalmente compromissados.

A Universidade deve ser envolvida para colaborar no processo de melhoria da Escola Normal, seja oferecendo cursos para os professores que atuam nessas escolas, seja oferecendo cursos de qualidade para os futuros professores que freqüentam os cursos de graduação.

Enfim, a melhoria da Escola Normal começa no reconhecimento de sua importância como instrumento para a redução do analfabetismo, para a democratização do acesso ao saber e da potencialidade de sua contribuição na construção de uma sociedade mais justa.

